

# Rio + 5 = XXI

GUILHERME FIUZA

No anoitecer do dia 14 de junho de 1992, a onda ecológica que varrera a cidade com a mega-conferência Rio-92 havia se transformado em ressaca: imprensa e público não suportavam mais falar e ouvir termos como “desenvolvimento sustentável” e a impronunciável “biodiversidade” (o “precatório” da época); saíam de cena os chefes de Estado (nunca houve tantos reunidos), que motivaram a construção-relâmpago da Linha Vermelha e a presença protetora do Exército nas ruas; o aguardado encontro entre George Bush e Fidel Castro terminara sem tapas nem beijos; estava, enfim, encerrada a grande pajelança que deveria salvar o planeta. E ele estava salvo? Para os jornalistas exaustos que apagavam as luzes do comitê de imprensa, a única certeza visível era de que o esgoto produzido pela “Cúpula da Terra” continuava a correr tranqüilamente do Riocentro para o mar.

A ressaca ecológica provocada pela Rio-92 deixara no ar a forte impressão de que a “Cúpula da Terra” não passara de mais um conto de fadas político patrocinado pelas Nações Unidas. As duas convenções assinadas na conferência — sobre mudanças climáticas e biodiversidade — eram consideradas documentos frouxos, sem metas e prazos bem definidos. Até mesmo a Agenda 21, o grande plano de ação para a recuperação ambiental do planeta, era uma mera carta de intenções na opinião dos críticos mais exigentes. Descrédito, desinteresse e saturação pareciam indicar que a ecologia retornaria inexoravelmente à sua insignificância. Quais eram os resultados concretos da Rio-92? A resposta era difícil, porém mais difícil ainda era encontrar alguém disposto a formular a pergunta.

Cinco anos depois, a indagação aflita volta a incomodar. O que resultou da Rio-92? As Nações Unidas farão o balanço oficial em junho, em Nova York. Constatarão alguns avanços, como o grande número de países que ratificaram as convenções, ou ainda os primeiros resultados obtidos pela Comissão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, na lenta passagem da Agenda 21 da intenção à ação. Mais uma vez, porém, os críticos terão um alvo fácil: os países industrializados continuam fugindo de compromissos com o corte nas emissões de CO<sup>2</sup> (gás estufa); a biodiversidade permanece um tema-tabu, sem mecanismos legais suficientes para proteger os recursos genéticos; a Agenda 21 mantém lacunas em matérias urgentes como o impasse do lixo atômico e a extinção das florestas do globo; não há antidotos ambientais para a desregulamentação do comércio; pouco se avançou na transferência de tecnologia limpa e recursos para os países pobres.

Mas esta é apenas uma parte da história. Provavelmente, o grande resultado da Rio-92 não será encontrado nos escaninhos da diplomacia internacional. É um resultado difuso, amplo, desordenado e profundo — sem a precisão e a clareza dos tratados e protocolos, mas certamente mais palpável que eles. A partir do foco brasileiro, é possível supor que a Rio-92 foi uma espécie de *big bang* do desenvolvimento sustentável, cujos ditames passaram a espalhar-se capilarmente pela sociedade, ignorando a fronteira entre os mundos oficial e não-oficial. Em outras palavras, nestes cinco anos houve no Brasil uma explosão espontânea de projetos ambientais consistentes, revelando uma inusitada capacidade de articulação entre entidades civis, iniciativa privada e poder público em torno de iniciativas voltadas para a busca da qualidade de vida.

Uma amostra deste fenômeno será apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente na Conferência Rio+5, um fórum internacional da sociedade civil para avaliação dos desdobramentos da Rio-92. Das incontáveis experiências existentes, o ministério selecionou e radiografou cem projetos brasileiros de desenvolvimento sustentável — um nicho que envolve centenas de instituições de todos os tipos, inclui ações de alcance ambiental, social, econômico e cultural e já movimentou centenas de milhões de dólares/reais no país.

Da gestão dos centros urbanos à sobrevivência dos povos da floresta (e da própria), a maioria das iniciativas retira a ecologia do gueto naturalista para usá-la como base de um modelo de desenvolvimento equilibrado. Em Vitória (ES), por exemplo, a recuperação de um manguezal (área de reprodução de peixes e filtro de poluição) está condicionada à recuperação das condições de vida da população local — isto é, a degradação é uma só. Com R\$ 20 milhões em moradias dignas, saneamento básico, urbanização, educação e geração de empregos, o Projeto São Pedro preserva, além do manguezal, 15 mil famílias da Baía de Vitória.

A geração de empregos, aliás, está presente em diversos projetos, como o Couro Vegetal, no Acre, que eleva em até três vezes a renda dos seringueiros da Amazônia com a produção de utensílios de látex de alta qualidade; ou o programa Favela Limpa, no Rio, parceria entre associações comunitárias e a Comlurb, que já emprega perto de dois mil favelados e levou a coleta regular de lixo a 90% das favelas cariocas. Até mesmo o Projeto Tamar, de preservação das tartarugas marinhas, viabilizou-se empregando diretamente centenas de pescadores pobres em 22 pontos do litoral, além de criar alternativas econômicas através do ecoturismo: do incremento da pesca e da educação ambiental.

As experiências brasileiras de desenvolvimento sustentável trazem também uma herança política importante da Rio-92. Adaptando os princípios de implantação da Agenda 21 às esferas locais, um grande número de projetos parte da criação de conselhos ou comitês gestores que fundem, de forma balanceada, as representações do poder público e da sociedade. Na convergência da Agenda 21 com as medidas de descentralização das ações do Estado, a conquista gradual de espaço da sociedade civil na gestão pública é uma realidade em cidades como Santos, Porto Alegre, Angra dos Reis e Vitória, entre outras, assim como no estado de Minas Gerais.

A democracia direta, portanto, também é um item do desenvolvimento sustentável. Aí estaria, inclusive, uma resposta eficaz sobre os resultados da Rio-92 no Brasil: o tão pronunciado desenvolvimento sustentável deixou de ser mera figura de retórica. E o que isto significa? No mínimo, a esperança de que o país não seja barrado na porta do século XXI por falta de credenciais.

GUILHERME FIUZA é jornalista.

09450  
11/13/97 7